

ELEIÇÃO E GÊNERO: O PERFIL DAS CANDIDATAS PARA AS PREFEITURAS EM 2020

*Election and gender: the profile of the female candidates to
the municipal executive in 2020*

Eduardo Barbabela*

Marcela Machado**

Dalila Costa***

Carolina Estrela****

Recebido em: 25/7/2022

Aprovado em: 25/9/2022

* Doutor e Mestre em Ciência Política pelo IESP UERJ. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP/IESP-UERJ). (ebarbabela@gmail.com)

** Doutora e Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da UnB. Pesquisadora colaboradora plena do IPOL/UnB. (mwmxmachado@gmail.com)

*** Bacharelada em Ciência Política pela UnB. (dalilasantos96@gmail.com)

**** Bacharelada em Ciência Política pela UnB. (carolinab.estrela@gmail.com)

Resumo

A proposta deste artigo é responder à pergunta: como as características das candidatas eleitas impactam no seu sucesso eleitoral? Para tanto, foram avaliados os dados constantes no repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre candidatos e candidatas às prefeituras nas eleições municipais de 2020. As variáveis analisadas foram: taxa de escolaridade; estado civil; e cor ou raça, para aferir o peso do impacto de cada uma para explicar o perfil da eleita. A análise considerou 18.478 candidatos, divididos por gênero, sucesso na eleição e região do país, a fim de conhecer as características das candidatas eleitas e como elas impactam no sucesso eleitoral. O *software* estatístico SPSS foi utilizado para análise dos dados e cruzamento das variáveis. A conclusão é de que existem diferenças entre os perfis de candidatos e candidatas ao Executivo municipal, eleitas e não eleitas, e por região do país.

Palavras-chave: eleição municipal; gênero; sucesso eleitoral; escolaridade; estado civil.

Abstract

The purpose of this following article is to answer the question: how do the characteristics of elected female candidates impact their electoral success in Brazil? To this end, we evaluated the data contained in the repository collected from the Brazilian Superior Electoral Court on male and female candidates for the municipal elections of 2020. The variables analyzed were range from education rate level, marital status, and ethnicity or race to gauge the weight of the impact of each one to explain the profile of the elected. The analysis considered 18,478 candidates, divided by gender, success in the election and region of the country to understand what the characteristics of elected women candidates are and how they impact electoral success. We used SPSS to cross-reference the variables and analyze the data. The conclusion is that there are differences between the profiles of elected and non-elected male and female candidates and by region within Brazil.

Keywords: municipal election; gender; electoral success; education; civil status.

Introdução

Nos últimos trinta anos, a América Latina vivenciou reformas políticas que fortaleceram os direitos eleitorais de grupos minorizados, como mulheres, negros e indígenas. As mudanças na legislação eleitoral se apresentaram como respostas às demandas por maior inclusão desses grupos na representação eleitoral. Em um sistema controlado por uma cultura predominantemente patriarcal (Matos, 2015), a desconstrução da desigualdade de gênero institucionalizada por intermédio das reformas foi essencial.

Somente na América Latina, esse processo resultou em 37 reformas eleitorais em 17 países. Inicialmente, as transformações eleitorais instituíram percentuais mínimos ou máximos de candidaturas por gênero. Aos poucos, alguns países, como Argentina e Bolívia, substituíram a ideia de percentual mínimo pela paridade de gênero nas candidaturas, inaugurando uma ideia de democracia paritária no continente (Caminotti; Freidenberg, 2018, p. 1-10).

O processo de seleção de candidaturas é um momento fundamental na eleição para definir o sucesso ou não de candidatas e candidatos. Conforme Bjarnegard e Zetterberg (2016) destacam, mesmo quando os critérios dos partidos para a seleção de candidaturas são aparentemente neutros em relação ao gênero, eles afetam diferentemente homens e mulheres em suas chances de eleição (Bjarnegard; Zetterberg, 2016, p. 8). Assim, a constituição de regras para garantir cotas de participação de gênero, por exemplo, reduz os efeitos desses fatores e garante a presença de mais mulheres candidatas em partidos mais institucionalizados.

Hinojosa e Correa (2018) apontam que existem duas dimensões que definem a variação de mecanismos para a escolha de candidatos e candidatas: o mecanismo de exclusão presente na seleção de candidaturas, que define quem é elegível; e a centralização ou não dos mecanismos decisórios de nomeação, que define não apenas quais candidaturas serão apoiadas, mas a forma com que se dará a repartição das verbas de campanha.

Dentro da lógica eleitoral, entende-se que eleitores buscam candidatos que sejam parecidos com eles para os representarem (Valcárcel, 2008). O mesmo processo se repete dentro do sistema interno dos partidos para a escolha de candidatos, no qual o gênero acaba sendo

um fator decisivo. Dado que os diretórios partidários são dominados na maioria por homens e estes membros são responsáveis por escolherem os candidatos, o resultado é que menos mulheres são escolhidas para as listas, pois líderes partidários homens também tendem a replicar o comportamento dos eleitores e escolher candidaturas que tenham as mesmas características que eles (Hinojosa; Correa, 2018).

Nesse sentido, a presença de mulheres dentro da estrutura partidária e, principalmente, no processo de decisão sobre quem iria compor as nominatas se torna ainda mais importante, pois elas tendem a incluir mais mulheres no processo eleitoral, seguindo a mesma lógica decisória (Hinojosa; Correa, 2018, p. 37). Para Valcárcel (2008), existe, todavia, um mecanismo de regras informais e barreiras que dificultam a ascensão de mulheres dentro das organizações partidárias e que está mais associado aos indivíduos que selecionam os líderes e menos à experiência e à capacidade das mulheres (Valcárcel, 2008). Um sistema criado por homens para homens (Matos, 2015). Nestes processos de recrutamento e de decisão sobre candidaturas, existem diversos fatores que podem definir quem sairá candidato ou não:

Da mesma forma, nos processos de recrutamento e seleção é possível identificar determinados candidatos mais adequados do que outros para os fins dos partidos. Esses candidatos em potencial podem ter conexões familiares ou experiência em cargos públicos anteriores. Eles podem até ter recursos financeiros. Além disso, regularmente, os homens que ingressam na política têm laços familiares com outros políticos; no entanto, sua incursão raramente é vista apenas em função dessas relações. Na América Latina, as mulheres políticas são muitas vezes esposas, viúvas ou filhas de homens politicamente poderosos. Ao contrário de seus pares masculinos, as mulheres com tais relacionamentos familiares são consistentemente considerados como tendo feito suas carreiras na política graças a esse relacionamento pessoal e são vistas como marionetes de seus parentes masculinos¹ (Hinojosa; Correa, 2018, p. 46-47, tradução livre).

¹ Do original em espanhol: “Asimismo, en los procesos de reclutamiento y selección es posible identificar ciertos candidatos más convenientes que otros para los fines de los partidos. Estos potenciales candidatos podrían tener conexiones familiares o experiencia en cargos públicos anteriores. Incluso, podrían tener recursos financieros. Además, regularmente, los hombres que entran a la política tienen vínculos familiares con otros políticos; sin embargo, su incursión rara vez es vista únicamente como una función de

Segundo Herrnson, Lay e Stokes (2003, p. 245), eleitores tendem a diferenciar candidatos homens e candidatas mulheres, aplicando estereótipos sobre as mulheres, o que influencia suas perspectivas eleitorais. Os estereótipos influenciam a percepção sobre quais os pontos fortes e fracos de cada gênero, e influenciam, também, nas campanhas dos candidatos. Muitas vezes, esses estereótipos prejudicam as possibilidades de candidatas mulheres por conclusões precipitadas sobre suas habilidades (Dolan, 2014, p. 97).

No caso brasileiro, conforme Matos (2015) aponta, o próprio sistema eleitoral é um fator essencial para excluir mulheres. Segundo Ruiz (2018), a falta de financiamento é um dos principais entraves para as campanhas de mulheres no Brasil. Como forma de tentar resolver e diminuir os efeitos da desigualdade entre homens e mulheres no acesso aos fundos de financiamento privado, a Lei n. 9.096, de 1995 – Lei dos Partidos Políticos – prevê, em seu art. 44, que os partidos políticos destinem pelo menos 5% dos recursos do Fundo Partidário para programas de promoção da participação política de mulheres. Além do financiamento público, a legislação eleitoral prevê que 10% do tempo de televisão de cada partido seja reservado às candidaturas femininas.

O apoio político aos candidatos e a obtenção de expressivos recursos financeiros revelam-se fatores importantes para o êxito eleitoral em grupos minoritários. Porém, tais aspectos não devem ser considerados como caminhos únicos para a obtenção do êxito eleitoral. Variáveis como perfil regional de eleitores e eleitos, índice educacional, estado civil, identificação racial e idade podem contribuir para a eleição ou não de determinado candidato ou candidata (Best; Cotta, 2000; Freire, 2002; Gaxie, 1980; Marvick, 1968; Matthews, 1984; Norris, 1997; Sanbonmatsu, 2006).

Uma alternativa que existe à falta de financiamento para mulheres na política são os incentivos econômicos, a exemplo dos que são utilizados pelos partidos chilenos, que recebem um quantitativo maior de recursos quando elegem candidaturas femininas para o Legislativo (Hinojosa; Correa, 2018, p. 57). Considerando a importância da questão econômica e a inexistência de cotas ou regras paritárias em eleições majoritárias, construir modelos de incentivo a candidaturas femininas que premiem

esas relaciones. En América Latina, con frecuencia, las mujeres políticas son las esposas, viudas o hijas de hombres políticamente poderosos. A diferencia de sus homólogos masculinos, se asume, de manera constante, que las mujeres que tienen dichas relaciones familiares han hecho su carrera en la política gracias a esta relación personal y son vistas como títeres de sus familiares hombres”.

os partidos com financiamento para novas candidaturas femininas pode ser um dos mecanismos para eleger novas candidaturas femininas majoritárias. Na América Latina, não há um padrão definido para essa seleção, o que permite que partidos decidam por candidaturas femininas apenas para cumprir as regras eleitorais mínimas, como também para, de fato, instituir e fortalecer a representatividade de gênero de fato (Hinojosa; Correa, 2018, p. 35).

Outro fator que pode influenciar na escolha de mulheres para cargos eletivos é sua experiência prévia na política. Ter exercido algum cargo em nível subnacional se associa diretamente ao interesse também dos partidos em terem candidaturas experientes e efetivas para ganhar eleições. Uma vez que uma mulher se demonstra capaz de se eleger, segundo Hinojosa e Correa (2018), a característica gênero perde importância para o partido no momento de decidir sobre lançar a candidatura. Além disso, mulheres são mais exitosas a se reelegerem quando comparadas a homens nas mesmas condições (Hinojosa; Correa, 2018, p. 47).

As construções sociais e culturais devem ser consideradas nos debates sobre a participação feminina na política, pois a percepção conferida às mulheres pode influenciar negativamente o desejo destas de ingressar na arena pública. A literatura recente sobre eleições discute os efeitos dos estereótipos na política e nos grupos sociais afetados, como o caso das mulheres, ao influenciar a presença e a renovação de novos integrantes nos quadros políticos de representação (Speck, 2018, p. 57-59):

Além de outros fatores, as mulheres candidatas a cargos eletivos se deparam com estereótipos que naturalizam os homens nos cargos de liderança política e reservam às mulheres o trato dos problemas domésticos e familiares. Aos homens se destina o espaço público e, às mulheres, o espaço privado. As candidatas mulheres procuram, assim, superar tais estereótipos, apresentando qualidades necessárias para a liderança (Panke; Iasulaitis, 2016, p. 388).

De acordo com Matos (2015, p. 28), o patriarcado atua nas “mentalidades e sensibilidades do eleitorado conservador”, resultando em imagens de que mulheres são menos capazes do que homens. Com a recorrência da exclusão de mulheres e a omissão do Estado, o que

vemos é a reprodução da indiferença e, conseqüentemente, do sistema patriarcal existente no país.

Assim, a necessidade de estudos sobre eleições e gênero, mais precisamente acerca das tentativas de inclusão de mulheres na política pela via representativa, é uma demanda cada vez mais crescente no Brasil atual. As tentativas recentes de reformas pontuais no sistema eleitoral brasileiro, buscando viabilizar as candidaturas das minorias, como mulheres e negros, são exemplos de que tais mudanças no sistema representativo brasileiro demandam atualizações constantes.

Para Speck (2018), a forma organizacional dos partidos políticos deve igualmente ser considerada ao se analisar o recrutamento e a participação das mulheres na política, visto que as estruturas partidárias refletem os padrões sociais já existentes e dominantes. A tímida presença feminina nas agremiações partidárias regionais e nacionais impacta o processo eleitoral como um todo, ou seja, no recrutamento, na destinação de recursos, na campanha e no êxito eleitoral feminino (Speck, 2018, p. 63).

É válido pormenorizar os obstáculos impostos à participação feminina na política brasileira, tendo em vista as particularidades sociais que envolvem respectivo grupo. Campos e Machado (2015) ponderam sobre a integração de grupos sociais minoritários na política brasileira, em especial os pretos e pardos. Mas tais contribuições teóricas igualmente auxiliam na compreensão das dificuldades da participação feminina na política brasileira. Torna-se oportuno, nesse sentido, compreender as especificidades do grupo social minoritário que pleiteia determinado cargo público, pois, entre as candidaturas existentes, haverá o grupo com reais possibilidades de eleição e aquele que apenas participará do processo eleitoral, mas que não detém chances reais de eleição ao final do pleito. Essa distinção é importante, já que está relacionada ao investimento financeiro e logístico oferecido pelos partidos políticos aos respectivos candidatos (Campos; Machado, 2015, p. 135-138).

O campo político é a representação da arena de regramentos jurídicos, sociais e culturais com os papéis estabelecidos aos indivíduos de maneira tácita. O capital político seria a trajetória adquirida pelo indivíduo ao longo de sua vida pessoal, acadêmica, profissional e social, que possibilita sua participação efetiva no campo político. Em outras palavras, o capital político de um candidato é um importante fator na consolidação de suas ambições dentro do campo político (Dufloth *et al.*,

2019). Assim, convém ponderar como o campo político possibilita o recrutamento, a participação e o êxito eleitoral de grupos minoritários, por exemplo, o grupo feminino.

Por fim, convém salientar a formulação de Speck (2018) sobre a possibilidade de o êxito feminino em determinado processo eleitoral poder exercer influência na participação e no sucesso logrado pelas mulheres nas eleições seguintes. O autor usufrui do conceito de efeito contágio, elaborado por Matland e Studlar (1996): à medida que mulheres são eleitas, especialmente para cargos majoritários, poderá haver maior abertura para a inserção de mulheres aos cargos elegíveis nas estruturas partidárias, além de impulsionar os partidos a demonstrarem socialmente o apoio à igualdade de gênero na política.

Diante desse panorama, a proposta deste artigo é responder à pergunta: como as características das candidatas eleitas impactam no seu sucesso eleitoral? Para tanto, avaliamos os dados constantes no repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre candidatos e candidatas às prefeituras nas eleições municipais de 2020. As variáveis analisadas foram: taxa de escolaridade; estado civil; cor ou raça; e se eram candidatos ou não à reeleição. Comparamos as variáveis, entre candidatos e candidatas, para aferir o peso do impacto de cada uma para explicar o perfil da eleita. A análise considerou 18.478 candidatos, divididos por gênero, sucesso na eleição e região do país para entender quais são as características das candidatas eleitas e como elas impactam no sucesso eleitoral.

Foram coletados dados de todos os candidatos e candidatas que disputaram os pleitos eleitorais em 2020. Tais dados passaram por uma filtragem quanto ao gênero, escolaridade, cargo, estado civil, Unidade Federativa e Região. Para a análise dos dados, o *software* estatístico SPSS foi utilizado no cruzamento das variáveis entre os perfis de quatro grupos: mulheres eleitas; mulheres não eleitas; homens eleitos; e homens não eleitos. Os perfis desses quatro grupos serão avaliados para aferir o que impacta no sucesso ou insucesso eleitoral desses atores nas eleições de 2020.

Foi realizada uma extensa revisão bibliográfica sistematizada sobre o tema, a fim de se compreender como se dá a discussão sobre candidaturas femininas e como a América Latina tem debatido sobre tais candidaturas para Executivos e Legislativos. Para efeitos comparativos, foram avaliados, também, os dados por região

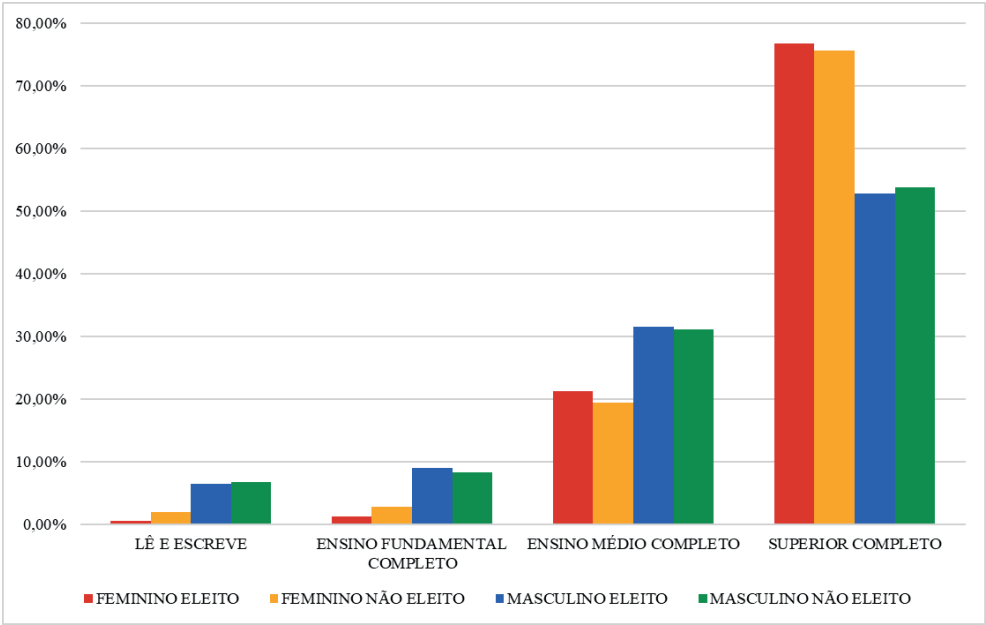
geográfica, a fim de compreender se existe alguma diferença no país nos quatro perfis analisados.

1 As eleições municipais de 2020 em dados

1.1 Escolaridade

O primeiro aspecto avaliado foi a escolaridade de candidatos e candidatas. Para tanto, foram consideradas quatro categorias: lê e escreve; Ensino Fundamental Completo; Ensino Médio Completo e Ensino Superior Completo. Os resultados estão apresentados na Figura 1 e na Tabela 1 a seguir.

Figura 1 – Percentual de candidatos e candidatas por taxa de escolaridade



Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

Tabela 1 – Perfil de eleitos e eleitas por taxa de escolaridade

PERFIL ESCOLARIDADE	HOMENS		MULHERES	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Lê e escreve	313	6,55%	4	0,46%
Ensino Fundamental completo	434	9,08%	9	1,22%
Ensino Médio completo	1.510	31,61%	142	21,32%
Ensino Superior completo	2.520	52,75%	511	76,73%

Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

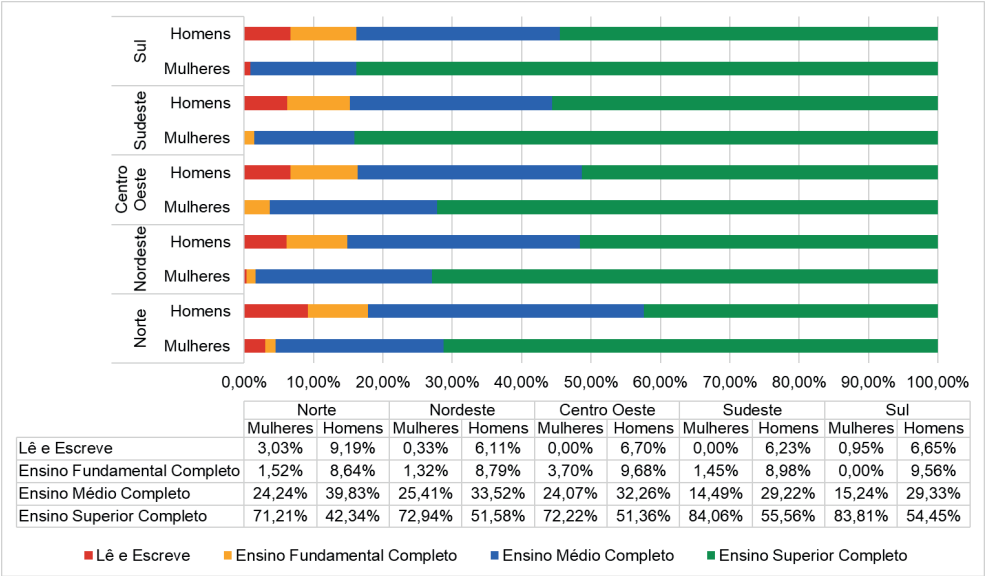
Quando avaliados todos os candidatos e candidatas às prefeituras em 2020 que tiveram suas candidaturas consideradas aptas² pelo TSE, percebemos que as candidaturas femininas possuem maior percentual de Ensino Superior Completo em comparação às candidaturas masculinas. Quando focamos nos eleitos, os dados se apresentam ainda mais discrepantes. Enquanto 98,05% das prefeitas eleitas possuem pelo menos o ensino médio completo, esse número cai para 84,36% quando analisados os prefeitos eleitos. Quando a categoria é ter o ensino superior completo, 76,73% das prefeitas eleitas se enquadram nessa categoria, enquanto apenas 52,75% dos prefeitos eleitos têm a mesma formação. Este dado de que o total de mulheres candidatas, eleitas ou não, com Ensino Superior Completo é maior do que o total de homens candidatos, independentemente do sucesso eleitoral deles, com a mesma escolaridade, reforça o argumento de que mulheres tendem a se preparar melhor antes de tentar um cargo eletivo por se considerarem menos preparadas que os homens. As candidatas entendem que, com qualificação extra, se apresentam como mais aptas à competição eleitoral.

Quando comparados os perfis de escolaridade pelas regiões do Brasil, percebem-se diferenças no percentual de mulheres com nível superior completo, embora em todas as elas esse nível de escolaridade seja o mais recorrente entre as candidatas, eleitas ou não. Conforme a Figura 2 demonstra, as Regiões Sul e Sudeste possuem percentuais mais elevados de prefeitas com o ensino superior completo, alcançando médias superiores a

² Candidaturas aptas pelo TSE são as candidaturas que aparecem no sistema do Tribunal com uma destas seis situações: deferida, indeferida com recurso, deferida com recurso, pendente de julgamento ou cassada com recurso. Para mais, ver: Resolução-TSE n. 23.373, de 14 de dezembro de 2011.

80%. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, o percentual de prefeitas eleitas com Ensino Superior Completo é próximo a 70%. Quando comparadas com os homens, percebe-se que, embora em todos os casos os candidatos tenham, em sua maioria, ensino superior completo, esse percentual está mais próximo dos 50%. No caso excluído do Norte, de 40%. Em suma, nota-se que, independentemente do sucesso da campanha ou da região do país, as candidatas possuem maiores taxas de escolaridade do que os homens.

Figura 2 – Perfil de escolaridade de eleitos e eleitas por região do país



Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

1.2 Estado civil

Ao avaliar o estado civil de eleitos e eleitas, as diferenças entre os gêneros também estão presentes. Conforme a Tabela 2 demonstra, existe uma diferença no percentual de homens e mulheres eleitos casados, com maior tendência de homens candidatos (72,74%) estarem casados em comparação às mulheres candidatas (65,77%). Por sua vez, as mulheres candidatas são maioria quando analisados os estados civis viúvo(a) e divorciado(a). É importante destacar que esses dados diferem

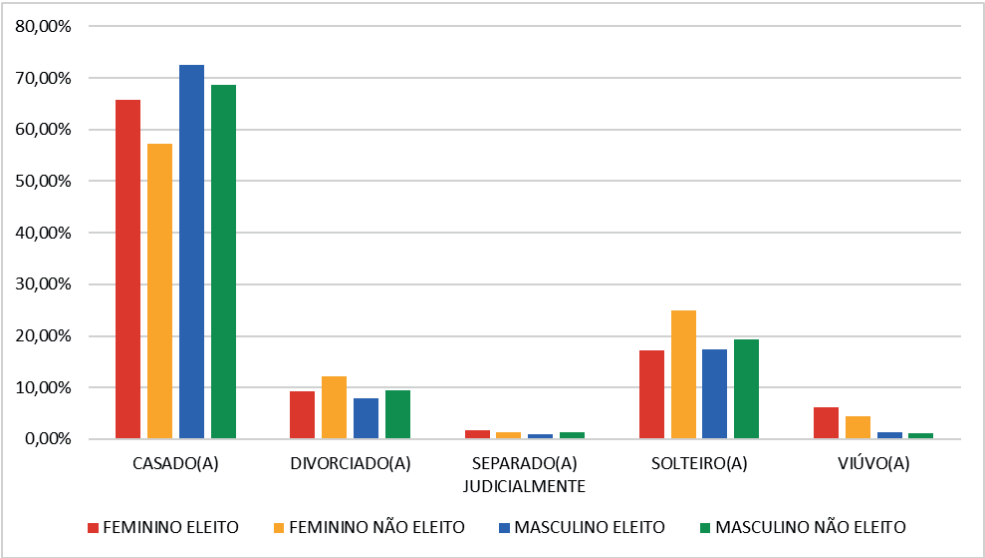
dos resultados da PNAD 2015. Segundo a pesquisa, 48,4% de brasileiros se declaram solteiros, enquanto apenas 39% se declaram casados.

Tabela 2 – Perfil de eleitos e eleitas por estado civil

PERFIL ESTADO CIVIL	HOMENS		MULHERES	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Casado(a)	3.475	72,74%	438	65,77%
Divorciado(a)	366	7,66%	61	9,16%
Separado(a) judicialmente	51	1,07%	11	1,65%
Solteiro(a)	826	17,29%	115	17,27%
Viúvo(a)	59	1,24%	41	6,16%

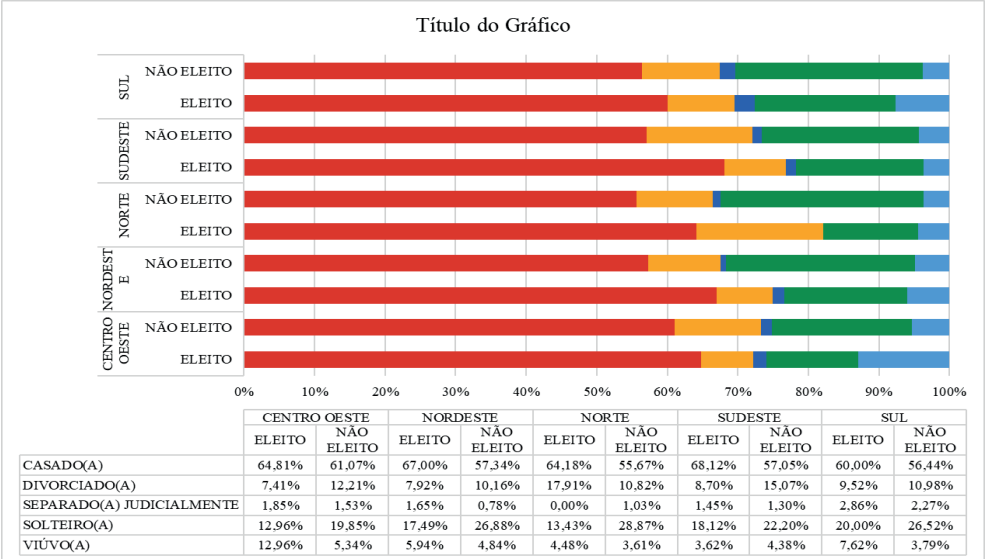
Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

Figura 3 – Perfil de candidatos e candidatas por estado civil



Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

Figura 4 – Estado civil de candidatas eleitas e não eleitas por região do país



Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

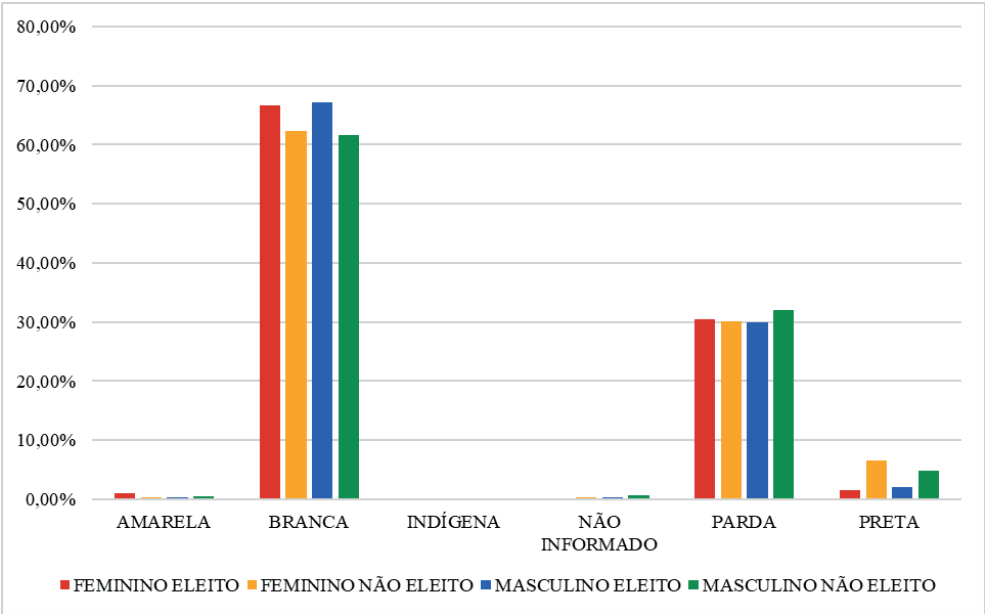
A principal diferença surge quando comparados os perfis de candidatas eleitas e de não eleitas que se declararam casadas. As mulheres eleitas casadas são maioria em comparação às não eleitas. As mulheres não eleitas, inclusive, agregam o maior percentual de solteiros(as) entre os quatro grupos, com percentual superior a 20%. Não foi observada a mesma relação entre os homens. Nesse sentido, é possível perceber que ser solteira é uma característica que aumenta mais a probabilidade de mulheres não serem eleitas do que de homens.

As regiões Nordeste e Sudeste apresentam os maiores percentuais de eleitas casadas, enquanto, nessas mesmas duas regiões, o percentual de pessoas que se declaram casadas, segundo a PNAD, é inferior a 45%. A diferença entre os dois perfis, conforme citado, está no maior percentual de mulheres não eleitas solteiras do que de homens não eleitos solteiros. Aqui percebemos que há uma maior tendência de candidatas solteiras não se elegerem do que candidatos solteiros.

1.3 Cor ou raça

Quando analisados os dados sobre a cor ou a raça autodeclarada de eleitos e eleitas em 2020, percebe-se que não houve diferença entre prefeitos e prefeitas eleitos. Conforme os dados da Figura 5 a seguir demonstram, percentualmente, não houve variação em relação à cor ou raça na comparação entre os gêneros dos candidatos.

Figura 5 – Perfil de candidatos e candidatas por cor ou raça autodeclarada



Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

Tabela 3 – Perfil de eleitos e eleitas por cor ou raça autodeclarada

COR OU RAÇA	HOMENS		MULHERES	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Amarela	17	0,36%	7	1,05%
Branca	3.216	67,32%	444	66,67%

continuação

COR OU RAÇA	HOMENS		MULHERES	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Preta	98	2,05%	10	1,50%
Indígena	7	0,15%	1	0,00%
Parda	1.423	29,79%	203	30,48%
Não informado	16	0,33%	1	0,00%

Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

Em ambos os casos, a maioria das candidaturas foram de pessoas que se autodeclararam brancas, seguidas por pessoas que se declararam pardas. É interessante notar que o total de candidatos eleitos brancos é superior ao percentual de pessoas que se autodeclararam brancas na sociedade brasileira: apenas 42,7%,³ segundo a PNAD Contínua 2019. O movimento oposto ocorre com os autodeclarados pardos e pretos: segundo a mesma pesquisa, enquanto na sociedade eles são 46,8% e 9,4%, respectivamente, entre os eleitos não ultrapassam 31% de pardos e 2% de pretos.

Tabela 4 – Cor ou raça de candidatas eleitas e não eleitas por região geográfica

COR OU RAÇA	CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE		SUDESTE		SUL	
	Eleita (%)	Não eleita (%)	Eleita (%)	Não eleita (%)	Eleita (%)	Não eleita (%)	Eleita (%)	Não eleita (%)	Eleita (%)	Não eleita (%)
Amarela	3,70	0,00	1,32	0,47	1,49	1,03	0,00	0,16	0,00	0,38
Branca	68,52	64,89	56,11	47,66	35,82	36,08	81,16	72,45	97,14	92,42
Indígena	0,00	0,00	0,33	0,31	0,00	0,52	0,00	0,00	0,00	0,38
Parda	27,78	31,30	39,60	44,69	61,19	55,67	17,39	17,02	2,86	6,06
Preta	0,00	3,82	2,31	6,25	1,49	6,19	1,45	10,05	0,00	0,38
Não informado	0,00	0,00	0,33	0,63	0,00	0,52	0,00	0,32	0,00	0,38

Fonte: elaboração própria, com dados do TSE.

³ Para mais, ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf.

Quando avaliados os perfis de candidatas eleitas e não eleitas por região, algumas especificidades se destacam. Em quatro das cinco regiões brasileiras, a raça autodeclarada com maior média populacional também é a raça com maior percentual de eleitas, a exceção está no Centro-Oeste. No Centro-Oeste a maioria é autodeclarada parda, 53%; porém, a região elegeu 56,11% de prefeitas, ou seja, a maioria, autodeclarada branca. Dessa forma, existem dois perfis distintos: nas Regiões Norte e Nordeste, as eleitas são mulheres casadas, com Ensino Superior completo e autodeclaradas pardas; por sua vez, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as prefeitas eleitas são mulheres casadas, com Ensino Superior completo e autodeclaradas brancas.

Considerações finais

Conforme apresentado ao longo deste artigo, existem diferenças nos perfis de mulheres eleitas e não eleitas e na comparação entre candidatos eleitos e candidatas eleitas nas eleições municipais de 2020. Os dados levantados apontam para a existência de perfis distintos para a mulher brasileira e para as prefeitas eleitas em 2020. As características, em algum sentido, reproduziram alguns dos argumentos que são utilizados no debate sobre as candidaturas a cargos no Legislativo apresentadas na primeira seção deste texto. Os perfis se apresentaram muito mais relacionados a um estereótipo da mulher do que, de fato, ao perfil identificado em cada uma das regiões do país.

A primeira característica analisada foi a taxa de educação. O percentual muito maior de mulheres com Ensino Superior Completo em comparação a homens reflete o argumento de que as mulheres, por entenderem estar em piores condições de disputa que os homens, se preparam mais para a disputa dos cargos. A diferença nas taxas educacionais coaduna com o argumento apresentado de que as mulheres tendem a se preparar melhor em comparação aos homens para concorrer aos cargos públicos por se sentirem despreparadas.

A segunda característica avaliada foi o estado civil. A maioria da população brasileira, de acordo com os dados da PNAD 2015, se declara solteira, enquanto a maioria dos eleitos e eleitas se declaram casados. Quando avaliamos as mulheres que não foram eleitas, notamos um percentual maior em comparação aos demais de solteiras. Essa característica, no entanto, não apresenta distinções significativas

entre os dois gêneros analisados quando avaliamos os candidatos que obtiveram sucesso.

A terceira característica destacada foi quanto à autodeclaração de cor ou raça. No Brasil, tal qual a PNAD Contínua 2019 aponta, a maior parte da população se autodeclara parda. Entre candidatos e candidatas eleitos no país, a maior parte se autodeclara branca. Quando analisados os dados por região, é possível notar que, no Centro-Oeste, essa lógica não se sustenta: a maior parte das candidatas eleitas condiz com o percentual da maior parte da população, isto é, se autodeclararam pardas.

A lógica de que a escolha eleitoral perpassa pelo critério de identificação pessoal não se apresenta tão forte quanto se pensava. O estereótipo da população brasileira e o estereótipo de eleitos e eleitas nas características que avaliamos não se equivalem. Seja com candidatos ou candidatas eleitas, as características são as mesmas: ensino superior, casados e autodeclarados brancos. Dessa forma, o argumento de que o eleitor escolhe aquele representante que combina com ele, nas características que analisamos não se aplica. Esses dados reforçam que, se considerarmos o argumento ainda válido, características como religião e defesa de bandeiras como a luta contra a corrupção, por exemplo, possam ser motivações mais importantes para o cidadão decidir por um candidato em detrimento de outro.

Nesse sentido, a candidata eleita nas eleições de 2020 possui ensino superior, é casada e se declara branca, tal qual o candidato eleito. Em eleições majoritárias, as opções de voto são limitadas e o cidadão precisa escolher os candidatos que lhe são apresentados. Os dados apontam que as mulheres possuem um perfil parecido com o dos homens, porém com alguns estereótipos fortalecidos. Quando comparadas as candidatas eleitas e não eleitas, é possível perceber que fatores como raça e estado civil se demonstram um pouco mais relevantes do que na comparação entre os gêneros.

Quando discutidas especificamente sobre as regiões do Brasil, nota-se a existência de uma diferença em apenas em uma das variáveis analisadas e em uma região. Apenas o Centro-Oeste apresenta uma diferença no estereótipo da mulher eleita em comparação às demais regiões e ao país.

É evidente que existem diversas outras variáveis a se considerar dentro do jogo político, como partidos e coligações, tamanho dos municípios e financiamento das campanhas, por exemplo. Não objetivamos com este artigo exaurir todo o debate sobre este

processo. No entanto, esse perfil inicial demonstra que há características relevantes e que existem empecilhos para as mulheres no cenário político brasileiro. Ao mesmo tempo, as eleições têm demonstrado que, aos poucos, temos conseguido superar a desigualdade existente e eleger mais mulheres.

Os dados demonstram que existem estereótipos da mulher eleita no Brasil e que as variáveis podem ser distintas por região no país. Os desafios para um sistema eleitoral inclusivo e mais igualitário são inúmeros. As reformas eleitorais, tal qual Matos (2015, p. 33) aponta, são um dos mecanismos necessários para ampliar o espaço da mulher na política brasileira. As regras eleitorais para cargos proporcionais têm se demonstrado essenciais ao fortalecimento da cultura da mulher na política. E, aos poucos, estamos construindo uma democracia com maior igualdade entre homens e mulheres na política, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Referências

BEST, H.; COTTA, M. **Parliamentary representatives in Europe 1848-2000**: legislative recruitment and careers in eleven European countries. Oxford: Oxford University Press. 2000.

BJARNEGARD, E; ZETTERBERG, P. Political parties and gender quota implementation. The role of bureaucratized candidate selection procedures. **Comparative Politics**, v. 48, n. 3, p. 393-417, 2016.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.

CAMINOTTI, Mariana; FREIDENBERG, Flavia. Federalismo electoral, fortaleza de las cuotas de género y representación política de las mujeres en los ámbitos subnacionales de Argentina y México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, ano 61, n. 228, p. 121-141, 2016.

CAMINOTTI, Mariana; FREIDENBERG, Flavia. Reformas electorales inclusivas en América Latina y retos para la igualdad real de las mujeres en la política. *In*: FREIDENBERG, Flavia; CAMINOTTI, Mariana;

MUÑOZ-POGOSSIAN, Betilde; DOSEK, Tomás (ed.). **Mujeres en la política**: experiencias nacionales y subnacionales en América Latina. Cidade do México: Instituto Eleitoral da Cidade do México e Instituto de Pesquisas Jurídicas da UNAM, 2018. p. 7-33.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 121-151, 2015.

DOLAN, K. **When Does Gender Matter?**: women candidates and gender stereotypes in American elections. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Gendered perceptions and political candidacies: a central barrier to women's equality in electoral politics. **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 1, p. 59-73, 2011.

FREIRE, A. A profissionalização política dos deputados portugueses. **Revista de Sociologia da Universidade do Porto**, v. 1, n. 12, p. 27-56, 2002.

GAXIE, D. Les logiques du recrutement politique. **Revue Française de Science Politique**, v. 30, n. 1, p. 5-45, 1980.

HERRNSON, Paul; LAY, J. Celeste; STOKES, Atiya. Women running “as women”: candidate gender, campaign issues, and voter-targeting strategies. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 1, p. 244-255, 2003.

HINOJOSA, Magda. **Selecting women, electing women**: political representation and candidate selection in Latin America. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

HINOJOSA, Magda; CORREA, Lorena V. Selección de candidaturas, partidos y mujeres en América Latina. In: FREIDENBERG, Flavia; CAMINOTTI, Mariana; MUÑOZ-POGOSSIAN, Betilde; DOSEK, Tomás (ed.). **Mujeres en la política**: experiencias nacionales y subnacionales en América Latina. Cidade do México: Instituto Eleitoral da Cidade do México e Instituto de Pesquisas Jurídicas da UNAM, 2018. p. 35-67.

HORTA, C.; SILVA, M.; ROCHA, M.; DUFLOTH, S. Atributos e chances de sucesso eleitoral de prefeitos no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 53, n. 1, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2022.

KROOK, Mona Lena. Why are fewer women than men elected?: gender and the dynamics of candidate selection. **Political Studies Review**, v. 8, n. 2, p. 155-168, 2010.

LLANOS, Beatriz; ROZA, Vivian. Más poder, menos mujeres: desigualdades de género en los partidos políticos latino-americanos. *In*: FREIDENBERG, Flavia; CAMINOTTI, Mariana; MUÑOZ-POGOSSIAN, Betilde; DOSEK, Tomás (ed.). **Mujeres en la política: experiencias nacionales y subnacionales en América Latina**. Cidade do México: Instituto Eleitoral da Cidade do México e Instituto de Pesquisas Jurídicas da UNAM, 2018. p. 69-97.

MARVICK, D. Political recruitment and careers. *In*: SILLS, D. L. **International encyclopedia of the social sciences**. Nova York: Macmillan. 1968. p. 273-282.

MATLAND, Richard E.; DONLEY, T. Studlar. The contagion of women candidates in single-member district and proportional representation electoral systems: Canada and Norway. **Journal of Politics**, v. 58, n. 3, p. 707-733, 1996.

MATOS, Marlise. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, ano 5, v. 7, p. 24-35, 2015.

MATOS, Marlise. Recentes dilemas da democracia e do desenvolvimento no Brasil: porque precisamos de mais mulheres no poder. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 110-142, 2011.

MATTHEWS, D. R. Legislative recruitment and legislative careers. **Legislative Studies Quarterly**, v. 9, n. 4, p. 547-585, 1984.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, 2003.

NORRIS, P. **Passages to power**: legislative recruitment in advanced democracies. Nova York: Cambridge University Press, 1997.

PAUL, David; SMITH, Jessi L. Subtle sexism? Examining vote preferences when women run against men for the presidency. **Journal of Women, Politics and Policy**, v. 29, n. 4, p. 451-476, 2008.

RAMOS, Daniela; GRAÇA, Eliana; ANDRADE, Gabriela; SOARES, Vera. **As mulheres nas eleições de 2014**. Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR), dez. 2014.

RUIZ, Erika. El financiamiento público como una vía para promover la representación política de las mujeres en México, Colombia y Brasil *In*: FREIDENBERG, Flavia; CAMINOTTI, Mariana; MUÑOZ-POGOSSIAN, Betilde; DOSEK, Tomás (ed.). **Mujeres en la política**: experiencias nacionales y subnacionales en América Latina. Cidade do México: Instituto Electoral da Cidade do México e Instituto de Pesquisas Jurídicas da UNAM, 2018. p. 99-117.

SANBONMATSU, Kira. Political knowledge and gender stereotypes. **American Politics Research**, v. 31, n. 6, p. 575-594, 2003.

SCHNEIDER, Monica C.; BOS, Angela L. Measuring stereotypes of female politicians. **Political Psychology**, v. 35, n. 2, p. 245-266, Apr. 2014.

SPECK, Bruno Wilhelm. O efeito contagiante do sucesso feminino: a eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 57-75, 2018.

VALCÁRCEL, Amelia. **La política de las mujeres**. Madrid: Cátedra, 2008.

WILHITE, Al. Political parties, campaign contributions and discrimination. **Public Choice**, v. 58, n. 3, p. 259-268, 1988.

Como citar este artigo:

BARBABELA, Eduardo; MACHADO, Marcela; COSTA, Dalila; ESTRELA, Carolina. Eleição e gênero: o perfil das candidatas para as prefeituras em 2020. **Estudos Eleitorais**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 231-252, jan./jun. 2022.